

BOLETIM
O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

**António Costa Quer Aprofundar a União Económica e Monetária
Sim, Essa Mesma que Nos Valeu a Troika**

Os Trabalhadores Querem Satisfação das Reivindicações,

O governo Passos/troika, de tão fresca e má memória para os trabalhadores portugueses, aplicou durante anos uma política que se caracterizou não tanto por ser a política que Passos ou o PSD “queriam para o país”, mas por ser a política imposta ao país, através do famoso memorando, pela troika da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do FMI.

O governo Passos Coelho foi o simples executor local da política da União Europeia para países como a Grécia e Portugal, entalados entre o martelo da austeridade e a bigorna da bancarrota financeira às mãos dos “mercados”.

Ao martelo e à bigorna havia, naturalmente, uma alternativa: não pagar a dívida externa, romper com o espantoso da UE e mobilizar a solidariedade internacional dos trabalhadores europeus, que sofriam e sofrem as mesmas políticas anti-operárias.

Escusado será dizer que essa alternativa não passava

pela cabeça dos dirigentes do PSD (nem do PS).

Ora, numa “conferência sobre o futuro da Europa” do Fórum Mundial de Davos, na Suíça, o primeiro-ministro A. Costa sustentou isto, em 25 de janeiro último: há “*uma nova energia na União Europeia para avançar para uma maior integração*” (página web do governo).

Maior “integração”? Mas não tem a integração “económica e monetária” sido o mecanismo pelo qual *qualquer* governo português (como *qualquer* governo de *qualquer* país da UE) fica impedido de cumprir *qualquer* mandato eleitoral que não seja submeter-se à política única da UE — a política da “concorrência livre e sem entraves” e consequente destruição das conquistas dos trabalhadores?!

Para António Costa, porém, “*a criação de uma convergência através do aprofundamento da união económica e monetária entre os países que a integram é a solução para garantir sustentabilidade à política monetária da zona euro*”!

(cont. p. 2)

12 e 13 de Maio, em Paris

Conferência Operária Europeia

Na Alemanha, a direcção do SPD, partido decano do movimento operário europeu, acaba de aceitar um novo acordo de coligação com a democracia cristã para um governo de “bloco central” que reeditaria a “grande coligação” que, nos últimos anos, levou a cabo a política anti-trabalhadores a que está destinado qualquer país membro da União Europeia. A direcção do SPD trai, assim, a aspiração dos seus militantes a romper com Merkel. Mas não só: trai a sua própria promessa de não voltar a formar o “bloco central”, promessa que repetira logo que se conheceu o — péssimo — resultado das eleições.

Um passo mais à frente, a direcção do Partido Socialista Francês ofereceu literalmente o partido em holocausto no altar das políticas de Bruxelas. Resultado: o actual governo do ilegítimo presidente Macron, eleito por uma pequena minoria do eleitorado. Isso não o impede de atacar

frontalmente as conquistas de um século do movimento operário francês. Em Itália, o partido histórico da classe operária italiana, o PCI, foi igualmente destruído pelos seus dirigentes e incorporado num partido vagamente de “centro”, o Partido Democrata. Em Espanha, o PSOE apoiou a repressão da monarquia pós-franquista contra as aspirações republicanas e nacionais do povo catalão.

Consequência disto são sintomas crescentes de decomposição política em toda a Europa, são derrotas que o movimento operário e sindical tem encaixado em vários países e a formação de grupos pequeno-burgueses que, no meio da confusão, impulsionam movimentos populistas-fascizantes. Para sobre os trabalhadores europeus a ameaça de um grave recuo civilizacional.

Isto faz sentir agudamente, em toda a Europa, a necessidade de reconstituir uma direcção política do

movimento operário fiel às conquistas deste e completamente independente do capital e da sua União Europeia. É urgente regressar às palavras de ordem básicas da classe trabalhadora consciente: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”, pois “*a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*”.

Nessa linha se enquadra o recente apelo a uma **conferência operária europeia** (cf nossa [página “A Internacional”](#)). Um dos seus primeiros iniciadores, o sindicalista e membro do SPD alemão H-W Schuster, enviou agora uma carta de convocação da conferência, que publicamos na página 8.

Convidamos os nossos leitores a inscreverem-se nesta conferência, em que estarão presentes delegados de toda a Europa.

→ p.8

Novo Banco

Governo Admite Injectar Mais 850 Milhões

75% do Novo Banco Já Pertencem ao Fundo Abutre *Lone Star*, que Não Injecta Coisa Nenhuma

Escrevíamos neste boletim, há 10 meses, “*Aceitando-se as regras da União Europeia, pouco importa que o primeiro-ministro se chame Costa ou Passos Coelho, que seja apoiado pelo PCP e pelo BE ou pelo CDS: aceites as imposições da União Europeia, a “solução” para os problemas da banca é entregá-la aos abutres; para o défice, é austeridade para os trabalhadores (com mais ou menos parêntesis) e a continuação das leis laborais de Passos, que este governo já declarou não querer reverter.*”

Recorde-se que o fundo abutre Lone Star selou o negócio de compra do Novo Banco em Outubro, injectando 750 milhões em capital e recebendo de imediato em troca a propriedade de 3/4 das acções, no valor de 4.237,5 milhões. Um pouco como se um tra-

balhador desse 10€ para comprar um kg de peixe e o vendedor lhe desse em troca 6kg... Pois é, não acontece.

Acontece que, mesmo assim, o Novo Banco, o “banco bom” saído da falência do BES paga pelos trabalhadores e contribuintes portugueses, está para anunciar prejuízos massivos para o ano de 2017: 1.600 a 1.800 milhões de euros, segundo o “negócios”.

Nos termos deste negócio da China, é ao Fundo de Resolução, proprietário, público, dos 25% de

pre a mesma história. O governo não en-
contra uns poucos milhões para repor

O governo não “tem” para repor a carreira dos professores, pagar aos enfermeiros, contratar médicos, reparar escolas.
Mas 1000 milhões para repor o valor do capital oferecido ao *Lone Star*?
É já!

acções que não são do Lone Star, que cabe injectar capital — até 3.900 milhões!⁽¹⁾ — se o rácio de capital do banco cair devido a perdas na carreira histórica..

É, evidentemente, sem-

a carreira salarial dos professores, para pagar aos enfermeiros, para contratar médicos, para reparar escolas a cair.

Mas quase 1.000 milhões para repor o valor do capital oferecido em sex-
tuplicado ao Lone Star? É já!

Concluíamos no artigo do ano passado que “*a crise do Novo Banco volta a pôr a nu a simplicidade da escolha: UE, austeridade e ruína para os trabalhadores; ou ruptura com a UE, ruptura com o capitalismo, união dos povos e nações da Europa livres do jugo do capital.*”

A conclusão é, se possível, ainda mais actual.

¹⁾ O Fundo de Resolução injectou ao todo 4.700 milhões antes do negócio... (*Financial Times*)



Segundo as contas do Novo Banco, o “bom começo” já deu para o torto para mais de 400 dos 6000 colaboradores: já só restam 5600.

Editorial (cont. da p. 1)

“Sustentabilidade da política monetária” são palavras compridas e complicadas, mas resumem-se a isto: votem os eleitores onde votarem, a política é única e é a política ao serviço do capital ditada pelo Banco Central Europeu e restantes instituições de Bruxelas. É a troika para sempre.

No areópago do grande capital mundial de Davos, o primeiro-ministro quis baralhar esta verdade simples, dizendo: “*O meu Governo escolheu outras políticas para atingir os mesmos objectivos*”. Segundo a página web do governo, o PM rejeitava assim “*a ideia de que havia uma única política para ultrapassar a crise*”.

Mas não são os objectivos o que interessa? Em Portugal, como na “Europa”, o *objectivo dos capitalistas* para “ultrapassar a crise” — que é a sua crise — é fazer com que a paguem os trabalhadores, a

despedimentos, baixos salários e precariedade. Já o *objectivo dos trabalhadores* é impedir isso mesmo — e, forçosamente, lutar por substituir o governo capitalista por um governo ao seu serviço, que não produza crises e miséria, mas bens necessários e justiça.

Ora, se a política “diferente” de Costa visa atingir “os mesmos objectivos” da política da troika (subentende-se, pois é do que se está a falar), não quer isso dizer que ela serve os mesmos interesses? A saber, os interesses dos grandes capitalistas do mundo a cuja reunião internacional António Costa falava.

Isso mesmo temos nós denunciado neste boletim. Agora, é o primeiro-ministro a dizê-lo oficialmente. Não é tempo de tirar conclusões? ■

Malabarismos sobre a Legislação Laboral da Troika — em Vigor...

Ou:

De como este governo: mantém a política laboral da troika mas faz de conta que discorda da Comissão Europeia e tal triste acrobacia recebe a cobertura do Bloco de Esquerda

Lia-se recentemente no sítio da TSF: “*António Costa assumiu esta terça-feira [6 de Fevereiro], em Madrid, que Portugal “não partilha” o ponto de vista da Comissão Europeia, que aconselha o país a reduzir o “excesso de protecção” dos trabalhadores nos quadros, contratos permanentes ou efetivos*”.

Nenhum trabalhador se admirará, por esta altura, que a Comissão Europeia exija a destruição das fracas protecções ao emprego que restam. A linha da Comissão

nesta matéria tem sido de uma coerência absoluta.

Os títulos da imprensa que noticiou a posição de A. Costa foram do tipo: “*Portugal discorda de Bruxelas sobre legislação laboral*” (DN); “*António Costa assume que Portugal discorda de Bruxelas sobre legislação laboral*” (TSF); “*Bruxelas pressiona Governo a reduzir protecção dos trabalhadores efetivos*” (Observador).

Parecerá que, embora pressionado, este governo resista valentemente à linha de Bruxelas.

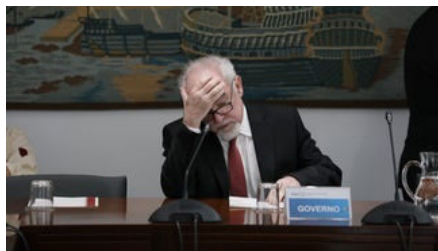
Decerto muitos trabalhadores se perguntarão, para começar, como é que tal “resistência” se coaduna com A. Costa defender, ao mesmo tempo, o aprofundamento da “convergência”, da União Económica e Monetária, do orçamento europeu e por aí fora em vários foros internacionais — o que inevitavelmente reforçaria o papel e a força da Comissão, sua “opositora”, para impor as medidas de que A. Costa “discorda”.

Mas indo ao que mais interessa: significa a propalada “discordância” que Costa se prepara para revogar as revisões da legislação laboral de Passos?

Porque há esse “pequeno” pormenor: a

legislação laboral actualmente em vigor é aquela que resultou da gravosa revisão feita pelo governo troika/UE/Passos nos termos que a Comissão reclamou e reclama.

Ora, o governo de A. Costa tem-se sistematicamente recusado a fazer a revogação/reversão dessas medidas, nomeadamente da famigerada caducidade dos contratos colectivos, que os trabalhadores e suas organizações têm exigido com urgência, mas sem fruto.



“Pequeno” pormenor: a legislação laboral actualmente em vigor é a resultante da gravosa revisão feita pelo governo troika/UE/Passos nos termos que a Comissão Europeia reclamou e reclama.

A realidade é esta: as declarações de A. Costa significam exactamente o contrário dos títulos falsificados dos jornais — basta ler o relato completo do resto dessas declarações pretensamente discordantes: “*Para o primeiro-ministro, a legislação laboral portuguesa “tem revelado um bom comportamento e a melhor forma de demonstrar são os números que têm saído relativamente ao desemprego”, que passou de 12,6% há dois anos para os atuais cerca de 8%.* “*Tem-se demonstrado que a legislação laboral não é um entrave ao crescimento do*



emprego”, insistiu António Costa (...)” (TSF, 6/2/2018).

Já poucos dias antes (em 2/2/2018), aliás, “*o ministro do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade afastou (...), no Fórum da TSF, mudanças profundas na lei laboral.*”

Preto no branco: o governo diz que não toca na legislação laboral da troika, da Comissão e de Passos Coelho. Não tem, portanto, discordância nenhuma; pelo contrário, faz o que a Comissão manda.

Como consegue então A. Costa a prestidigitação de pôr toda a imprensa a dizer que a sua posição é o contrário do que realmente é?

Por exemplo, graças à preciosa ajuda do Bloco de Esquerda. Lia-se no esquerda.net, em 6/2/2018: “*José Soeiro afirmou que a política seguida pelo atual Governo “está nos antípodas” e está na “contra corrente” das recomendações da Comissão Europeia*”.

Ora, o governo está “*nos antípodas*” e na *contracorrente* é de reverter a legislação saída das recomendações da Comissão executadas por Passos Coelho.

Porque dá o Bloco crédito ao exacto contrário da verdade?

Sejam quais forem as razões: bem dizia, um mês antes, o dirigente do PSD e prolífico comentador José Eduardo Martins que “*o PS conseguiu o melhor de dois mundos: os votos dos partidos da esquerda “dando-lhes em troca muito pouco”*” (TSF, 11/1/2018).

Em troca de uma mão cheia de nada, o Bloco permite a este governo vender a sua política laboral abertamente troikista como se fosse “resistência” à Comissão Europeia. Bruxelas agradece. Os trabalhadores que paguem. ■

Destruição do Serviço Nacional de Saúde

Doentes sem condições nem dignidade, em macas, nas urgências de Faro



Lia-se este título em passado recente.

Não era um caso isolado, não foi só Faro.

Não há milagres; nem o orçamento do Estado opera a multiplicação dos “pães”. O dinheiro que serve para matar o apetite dos credores/especuladores e cumprir as directivas da UE não sobra para os serviços públicos de que depende a vida do trabalhador.

É natural que haja surtos de gripe no Inverno. Por isso recorrem os cidadãos às urgências dos hospitais, geralmente por falta de alternativa. Nada natural é o desinvestimento maciço e a privatização dos serviços públicos estarem a pôr em risco a vida das populações. Vários hospitais públicos, por exemplo o S. Francisco de Xavier, em Lisboa, tiveram infestações da bactéria “legionella”.

A imprensa “às ordens” não dá relevo a estes factos, nomeadamente ao estado caótico dos serviços de urgência hospitalares, motivado tanto pela falta de profissionais (médicos e enfermeiros), como pela degradação dos serviços. A SIC dizia, em 7/1/18, que “está tudo normal”. A situação real é por vezes denunciada nas “redes sociais”, caso do título deste artigo (cf. <https://www.noticiasao minuto.com/pais/931116/doentes-sem-condicoes-nem-dignidade-em-macas-nas-urgencias-de-faro>).

Os enfermeiros do Centro Hospitalar Universitário do Algarve denunciam o arrastamento da situação “há mais de dois anos com o conhecimento e convívência do Conselho de Administração”. Referem a existência de “uma parte mais escondida do serviço de urgência, onde os doentes podem estar internados em macas durante dias e até semanas (...) É-lhes negado o direito a serem cuidados e tratados com segurança. (...) É-lhes negado dignidade. É-lhes negado direito a comer (muitos

não comem apenas porque não tem quem lhes dê comida). Muitos morrem sozinhos. Sós, rodeados de tanta gente”. Isto passa-se no Algarve, mas bem podia ser o exemplo escondido em outros hospitais. Por exemplo o hospital Amadora-Sintra, muitas vezes com os corredores cheios de macas.

O Primeiro Ministro (e o seu Ministro da Saúde) foram dizendo que estava tudo dentro da normalidade e que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) conseguia dar resposta à maior afluência às urgências. Anunciou-se a contratação de mais 200 enfermeiros para o SNS. Contudo, o “*bastonário da Ordem dos Médicos (OM), Miguel Guimarães, classifica como uma “vergonha e um drama nacional” o atraso na abertura dos concursos para os 710 médicos especialistas que concluíram o internato há cerca de 10 meses*” (citado pela página Notícias ao Minuto, atrás citada).

Como disse à TSF António Arnaut, ex-Ministro socialista, responsável pelo que veio a ser a Lei 56/79 que fundou o SNS há 38 anos (com votos contra do PSD, nomeadamente do actual Presidente da República, do CDS e de deputados “sociais democratas” indepen-

dententes): “*Os políticos não recorrem ao Serviço Nacional de Saúde*”, por isso “*não vêem com olhos de ver o valor do SNS para o bem-estar e a coesão social. Não compreenderam o sentido que tem na defesa da dignidade*”, num país que tem cerca de dois milhões de pobres e outros dois milhões em risco de pobreza”. Denunciou a promiscuidade entre público e privado (PPP) e a pressão dos privados na saúde, criticando ainda a falta de reconhecimento

“Os políticos não recorrem ao Serviço Nacional de Saúde”, por isso “não vêem com olhos de ver o valor do SNS para o bem-estar e a coesão social. Não compreenderam o sentido que tem na defesa da dignidade”, num país que tem cerca de dois milhões de pobres e outros dois milhões em risco de pobreza” — António Arnaut

político do SNS para o bem-estar e a coesão social.

Com o desinvestimento e retirada do Estado, a saúde passou a ser uma boa oportunidade de negócio. O SNS funciona cada vez pior, os seus funcionários (médicos, enfermeiros, técnicos e administrativos) não são valorizados. Claro que se os serviços públicos (SNS) funcionassem bem, os privados lucrariam menos.

A talhe de foice vem dizer que o Presidente da República quis ser operado no SNS, contra cuja criação votou em 1979; mas teve direito a serviço VIP, ao contrário da generalidade dos utentes. Porque não recorreu o Sr. Presidente ao privado? ■

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;

Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://ainternacional.pt>

Luta de Classes

Trabalhadores dos CTT, enfermeiros, professores, médicos, não aceitam mais diferimentos das suas legítimas reivindicações

Enfermeiros anunciam dois dias de greve para 22 e 23 de março



O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses anunciou uma greve nacional destes profissionais de saúde nos dias 22 e 23 de março. José Carlos Martins, dirigente do SEP, explicou que o protesto dos enfermeiros se deve à falha dos compromissos assumidos pelo Ministério da Saúde, quer em matéria de suplemento remuneratório para enfermeiros especialistas, quer de revisão da carreira de enfermagem quer ainda de pagamento do trabalho extraordinário. O sindicato acusa o governo de não resolver os problemas actuais, mas sim de os agravar e criar novos problemas. ■

Greve dos CTT de 23 de fevereiro com adesão massiva

Nos CTT, os trabalhadores, com os sindicatos e a Comissão de Trabalhadores, lutam por preservar os postos de trabalho. Segundo os sindicatos, preparam-se 1400



despedimentos. Objectivo é também manter os balcões abertos, no interesse e com o apoio das populações.

O SNTCT luta pela "reversão da privatização dos CTT, impõe-se e lutaremos até que a mesma se torne numa realidade".

Os CTT foram privatizados pelo governo de Passos/Portas. Entretanto, é um corrúpio de planos de redução de pessoal e fecho de estações. O administrador dos CTT, que ganha quase um milhão de euros/ano, distribui dividendos superiores aos lucros, garantindo "uma das remunerações mais elevadas da bolsa nacional" (Jornal de Negócios, 20/4/2017). Entre 2013 e 2016 distribuiu 255 milhões aos accionistas. E fechou 130 balcões, essencialmente no interior do país.

Pergunta-se: porque não reverte este governo esta privatização, atentado aos interesses dos trabalhadores, das populações e da economia perpetrado pelo governo da troika/UE? Não é do interesse do país a sua renacionalização? O que impede o governo de acabar com este crime? A resposta é, evidentemente, bem simples e bem conhecida: a UE, a sacrossanta concorrência livre dos seus tratados e as suas directivas de privatização... ■

Função Pública: pagamento por descongelamento de carreiras ainda por fazer

O pagamento relativo ao descongelamento das carreiras dos funcionários públicos ainda não foi realizado. Ana Avoila, da Frente Comum, considera, em declarações ao Notícias ao Minuto, que não há nenhum motivo objetivo que o justifique. ■

Professores: impasse mantém-se, Ministério de má fé

Da resolução do plenário de professores de 2/2/2018: "O ME, contrariando o compromisso assumido (...) fez dos processos negociais sobre a realização, em 2018, de um concurso interino antecipado, e o de progressão aos (...) escalões autênticos simulacros negociais. (...) a estratégia do Governo é a de adiar a apresentação de propostas e a consequente resolução dos problemas," como acontece em relação ao "reposicionamento na carreira", à "recuperação do tempo de serviço retirado aos professores", aos "horários de trabalho" e à "aposentação".

O plenário abriu a perspectiva de greve nacional a partir de 12 Março e de uma manifestação nacional.



África do Sul / Azânia

Os Mercados Financeiros Saúdam a Demissão de Zuma do ANC

Na África do Sul, o Presidente Jacob Zuma demitiu-se sob a pressão do seu próprio partido, o ANC. Substituiu-o na presidência do partido Cyril Ramaphosa. Antigo dirigente sindical mineiro, Ramaphosa tornou-se entretanto num dos homens mais ricos de África, segundo a *Forbes*. Enquanto

ministro do interior, foi directamente responsável pelo massacre de Marikana, em 2012, em que 34 mineiros foram assassinados pela polícia. Publicamos de seguida um artigo de Mandlenkosi ka Phangwa, membro da redacção do boletim *Black Republic*, sobre o significado destes acontecimentos.

A demissão do presidente Jacob Zuma não foi uma surpresa. Ele já não servia para prosseguir a política que o ANC levou a cabo nos últimos vinte e três anos. Pelos acordos da Codesa de 1994, o ANC desistira da libertação económica da classe trabalhadora negra e, em particular, da devolução à maioria negra da sua terra. Sem de modo algum cantar louvores a Zuma, é, apesar de tudo, de registar que as suas últimas declarações, a chamar o povo a recuperar a posse da terra e da economia do nosso belo país que é a Azânia, correspondem a uma aspiração profunda.

Há muitos anos que o ANC se recusa a romper com o imperialismo. Recusa que levou o novo presidente, Cyril Ramaphosa, a sacrificar os trabalhadores ao interesse dos grandes patrões imperialistas da indústria mineira da Lonmin, em 16 de agosto

de 2012. A demissão de Zuma demonstra uma vez mais que é o imperialismo que dita a sua lei ao ANC, substituindo à sua guisa um líder por outro mais dócil.

A demissão do presidente Jacob Zuma calhou no preciso momento em que as amplas massas negras — que, no nosso país, são principalmente os jovens — de novo articulam a sua aspiração de recuperar a sua terra e controlar a economia. A população negra empenha-se a cada dia mais em lutar — em que nós participamos — pela recuperação da terra que legitimamente pertence à maioria negra.

Ninguém pode separar Zuma do ANC no seu conjunto: Zuma foi um dos presidentes do país que mais tempo reinou, em nome do ANC e da sua política. No período mais recente, porém, aqueles que desataram a sua fúria contra Zuma fizeram-no como

quem agita um chamariz. Apontando o foco a Zuma, procuravam exonerar o regime racista do apartheid e o jugo colonial, bem como os acordos de Kempton Park de 1994, que permitiram manter os privilégios da minoria branca. Quando a demissão de Zuma foi anunciada, o câmbio do rand explodiu. Era mais uma prova do que a política do ANC já não é decidida pelos seus congressos, mas pelos mercados financeiros. Se o país foi submetido ao império das agências de notação, foi para testar a obediência do ANC aos seus senhores capitalistas... enquanto os pobres eram abandonados ao seu triste destino! ■

Mandlenkosi ka Phangwa



Catalunha, depois das eleições de 21 de Dezembro e da nova vitória da República

Libertação Imediata dos Presos Políticos!

O regime da monarquia de Madrid já reprimira violentamente o referendo pela República de 1 de Outubro, activara o artigo 155º da constituição, suspendendo a Generalitat, prendera os seus dirigentes e perseguia judicialmente milhares de independentistas e militantes. Convocou então novas eleições “autonómicas” para 21 de dezembro para restabelecer a “normalidade”. Resultado: com uma taxa de participação a roçar 82%, as eleições transformaram-se numa bofetada sem precedentes ao governo de Rajoy, que sai numa situação de extrema fragilidade. O seu futuro, como o do regime, ficou em xeque. O quase desaparecimento do Partido Popular (PP) na Catalunha, herdeiro da ditadura franquista e principal pilar das instituições, ainda mais põe na ordem do dia a liquidação do regime.



A votação confirmou e ampliou a votação do referendo. Foi a confirmação indiscutível da legitimidade da República Catalã, apesar da repressão e das manobras, apesar das tergiversações dos seus próprios dirigentes, apesar da “união nacional” contra a República.

Foi uma derrota para a União Europeia, que atirou todas as forças contra a República. Uma derrota para todos os par-

tidos signatários do Pacto da Moncloa de 1977, defensores das instituições da monarquia franquista. Derrota, em particular, do Partido Socialista, que vergonhosamente apoiou o artigo 155º. Derrota também de *Podemos*, cujo principal dirigente teve o atrevimento de empurrar para o movimento pela República a responsabilidade pelo ressurgimento do franquismo.

Apesar do resultado das suas próprias eleições, a monarquia franquista continua a negar a formação de um governo chefiado por quem o parlamento catalão decida e mantém presos e no exílio os eleitos pelo povo. Faz tudo isto, de resto, com a caução reafirmada da Comissão de Bruxelas, que há duas semanas recusou pedir ao governo de Espanha que investigasse a violência policial.

No ponto de vista dos trabalhadores do Estado espanhol, há uma só saída: a liberdade de a República Catalã se proclamar e organizar no processo constituinte que ela própria decidir. Em todas as outras regiões de Espanha, o desmantelamento das instituições da monarquia e a proclamação de repúblicas livres, por uma união livre de repúblicas livres.

Circula na Europa um apelo iniciado em 17 países, incluindo o Estado espanhol e Portugal, pela libertação de todos os presos políticos. ■

EUA**Um Orçamento de Guerra**

O governo dos EUA tem orçamento, desde 9 de fevereiro de 2018 — data em que o projeto de lei orçamental aprovado pela Câmara de Representantes e pelo Senado foi ratificado pelo presidente Donald Trump.

Este orçamento surtirá, pela sua própria estrutura, efeitos não apenas na população dos Estados Unidos, mas à escala mundial. Depois de aprová-lo, Donald Trump escreveu um tweet ao seu estilo característico: “*Amamos as nossas forças armadas e precisamos delas: demos-lhes aquilo de que elas precisam.*”

A primeira marca deste orçamento é, com efeito, o aumento dramático das despesas militares. As forças armadas recebem 1,4 biliões de dólares nos próximos dois anos. É a resposta às exigências do Ministério da Defesa americano que, no final de janeiro, apresentou, com a assinatura do Ministro da Defesa, Jim Mattis, um documento de programação intitulado “Estratégia da Defesa Nacional, onde se queixava do atraso, que aumentou nos últimos quinze anos, em matéria de preparação, aprovisionamento e exigências de modernização”, num momento, acrescentava, em que é preciso não só “eradicar o terrorismo” e pôr tino nos Estados fora-da-lei (ou seja, o Irão e a Coreia do Norte), mas responder ao desafio das grandes potências “revisionistas” (China e Rússia; assim qualificadas por a sua simples existência ameaçar pôr em causa o equilíbrio mundial que o governo americano quer). Além de um aumento considerável dos meios de destruição clássicos, o estado-maior é brindado com as verbas necessárias para uma revisão e modernização geral do seu arsenal nuclear.

Este salto em frente dos gastos militares é um “chamamento mundial às armas”. Da recente cimeira dos Estados membros da NATO saiu a directriz de que todos os países capitalistas, emulando zelosamente Washington, embarquem no aumento desenfreado das despesas militares. Em Portugal, por exemplo, em 2018 o mesmo governo que não tem dinheiro para pagar a carreira dos professores e as horas extraordinárias de médicos e enfermeiros fez o maior aumento de despesas militares da década, para bem acima de dois mil milhões de euros (aumento de 7,5% ou de 150 milhões de euros) — apesar de Portugal gastar em “defesa”, em percentagem do PIB, mais do que a Alemanha ou a Espanha. É uma indicação de que todos os governos capitalistas seguem, na esteira do Trump, uma política que leva à guerra. Cada um no seu lugar, bem entendido, com as relações de força reais a ficarem bem espelhadas nos números das despesas militares: o orçamento militar português representa, na sua totalidade, menos de cinquenta vezes menos do que o incremento anual do orçamento militar dos EUA.

O orçamento de Trump anuncia a preparação de golpes terríveis contra todos os povos. É também um orçamento de guerra social contra os trabalhadores dos Estados Unidos. Há um laço directo entre o aumento das despesas militares e os ataques frenéticos aos emigrantes, que são parte da classe trabalhadora dos Estados Unidos.

É, porém, um orçamento de unidade nacional: apesar dos ataques violentos contra Trump e os seus métodos, acabaram por votá-lo o Partido Democrata e o Partido Republicano, cujos representantes se uniram para defender o que, para eles, é o essencial: os lucros dos capitalistas e o lugar do imperialismo americano no mundo. ■

(adaptado de *La Tribune des travailleurs* nº 127, François Forgeue)

Alemanha**Não ao Bloco Central!**

A Alemanha afunda-se na crise política há quatro meses: ainda não há governo, e, no congresso extraordinário do Partido Social Democrata (SPD) de 21 de janeiro, 44% dos delegados votaram, apesar da pressão dos dirigentes do partido e dos sindicatos, contra recomeçar negociações com Angela Merkel e o seu partido CDU-CSU para formar um novo bloco central ou “grande coligação”.

Em 7 de fevereiro, dirigentes do SPD e da CDU-CSU anunciaram a assinatura de um programa de coligação governamental. Intitulado “*Um novo impulso para a Europa, uma nova dinâmica para a Alemanha, uma nova coesão para o nosso país*”, o acordo, de 177 páginas — todos tiveram que fazer concessões — apresenta-se explicitamente como mais uma tentativa de salvar as instituições da União Europeia, promovida em conjunto por Macron e Merkel.

Só que a classe trabalhadora alemã, a mais organizada da Europa, entrou em palco. Aos milhões, metalúrgicos, trabalhadores dos correios, funcionários mobilizaram-se em “greves de advertência” por aumentos salariais e pela igualdade salarial entre Leste e Oeste, ainda por conseguir vinte e nove anos após a queda do Muro de Berlim.

A resistência da classe trabalhadora alemã abala as instituições políticas em crise. Mal os dirigentes do SPD e Merkel apresentaram o projecto de acordo de governo, Martin Schulz, presidente do SPD, anunciou a sua demissão. Ex-presidente do “Parlamento” europeu, Schulz é — como Andrea Nahles, que lhe sucede à frente do partido — partidário do bloco central com Merkel e das contra-reformas anti-operárias.

Porém, com 460.000 membros do SPD a terem de referendar este acordo governamental, é necessário “fazer crer que tudo muda para que nada mude”. De todo o partido irrompe a rejeição do bloco central,



apesar da chantagem maciça da direcção. A Juventude Socialista (Jusos) faz campanha de adesões sob a palavra de ordem: “*Adere para votar NÃO*” ao bloco central: já se registaram 20.000 novas adesões!

Esses movimentos são o reflexo, no SPD, da resistência da classe trabalhadora. Uma resistência que se manifestou em várias formas em todo o continente: da revolta dos trabalhadores gregos contra a política do governo de Tsipras à irrupção do povo catalão contra a monarquia franquista em Espanha e à raiva operária que se acumula em França contra o governo Macron-Philippe. ■

(adaptado de *La Tribune des travailleurs* nº 127, D. Ferré)

Conferência Operária Europeia

Convocada por mais de 400 trabalhadores e sindicalistas de toda a Europa

Realiza-se em Paris em 12 e 13 de Maio

Carta-convite do sindicalista alemão H.-W. Schuster

Düsseldorf, 15 de Fevereiro de 2018

Caros amigos e camaradas,

Depois de conversar com os co-iniciadores italianos e franceses do Apelo a uma Conferência Operária Europeia que lançámos em início de Dezembro de 2017, decidimos propor-vos para **data da conferência o sábado, 12 de Maio, e domingo, 13 de Maio, em Paris**(1).

Associaram-se ao apelo **mais de 400** camaradas de trabalho, trabalhadores, jovens, activistas políticos e sindicalistas oriundos de 17 países(2) e de várias profissões. Perante o catastrófico balanço para a classe trabalhadora e a democracia que há a fazer de vinte e cinco anos de aplicação do Tratado de Maastricht (1992), tratado fundador da União Europeia, a nossa conclusão é esta:

“Esta Europa não é a nossa Europa. Trabalhadores, militantes e activistas do movimento operário e democrático que somos, somos internacionalistas: todos os trabalhadores da Europa são nossos irmãos e irmãs de classe. Queremos uma Europa aberta a todos igualmente, habitem ou não dentro das fronteiras da actual União Europeia. (...) Queremos uma Europa dos trabalhadores e da democracia, sem fronteiras nem limitações. Queremos a união livre dos povos e nações livres e dos trabalhadores livres de toda a Europa.”

Escrevemo-vos este convite da Alemanha, onde, nas últimas semanas, 1,5 milhão de operários metalúrgicos se mobilizaram em greve de advertência por aumentos salariais e pelo acerto dos salários com o horário de trabalho, pela igualdade entre Leste e Oeste da Alemanha, ainda por conseguir vinte e nove anos após a queda do Muro de Berlim. Igualmente se prepararam para a mobilização os trabalhadores da função pública central e local e dos correios. Esta resistência dos trabalhadores reflecte-se, dentro do Partido Social Democrata (SPD), na fortíssima resistência à reedição do “bloco central” com Merkel, ou seja, a uma nova coligação para impor políticas anti-operárias e para permitir a Merkel e Macron fazerem uns remendos às instituições europeias.

Ficámos indignados com a repressão sofrida por lutadores operários, representantes eleitos e trabalhadores na Catalunha pelo único “crime” de terem organizado o referendo sobre a República Catalã em 1 de outubro. Registamos, aliás, que, no dia 16 de janeiro, a Comissão Europeia voltou a dar o seu acordo à intervenção policial repressiva da monarquia de 1 de outubro. Muitos de nós participamos, de mãos dadas com camaradas nossos no Estado espanhol, na campanha pela “Libertação imediata de todos os presos políticos! Abandono de todas as acções judiciais! Liberdade do povo catalão de escolher os seus próprios representantes! Não toquem na República catalã!”.

Estamos convencidos de que, apesar de todos os obstáculos, a resistência dos trabalhadores com

seguirá restaurar todas as conquistas democráticas e sociais que vinte e cinco anos de Tratado de Maastricht tanto danificaram. Essa mensagem de esperança, recebemo-la dos próprios signatários gregos do nosso apelo. Apesar do quanto, oito anos a fio, se andou a fazer para cumprir os “memorandos” da troika e dos governos a ela subordinados e pôr termo à resistência dos trabalhadores gregos, apesar de todos os esforços feitos para desmoralizá-los, a população trabalhadora e a juventude continuam mobilizadas contra as medidas de austeridade do governo Tsipras, que ameaça o direito à greve.

Esta conferência será também um momento importante na luta contra a guerra e contra a militarização da Europa. Na cimeira da NATO de 14 e 15 de fevereiro, os representantes de Trump exigiram novamente um aumento das despesas de defesa, portanto mais guerras e mais refugiados recebidos à matracada quando pedem asilo no nosso continente. Para dar efeito às directrizes da NATO — 2% do PIB para o orçamento da guerra — a Alemanha teria que gastar mais 30 a 40 mil milhões de euros por ano, aumentando assim o orçamento da guerra para 65 a 75 mil milhões. E disseram-me que o governo francês Macron-Philippe tem exactamente os mesmos planos. Os nossos amigos da Turquia, dos Balcãs, da ex-URSS falar-nos-ão igualmente da sua luta contra guerras passadas e presentes; os camaradas da França, Grã-Bretanha e Alemanha relatarão a sua luta contra os seus próprios governos, que estão a intervir militarmente na África, na Ásia e no Médio Oriente.

Propomo-vos trazerem delegações o mais amplas possível à Conferência Operária Europeia de 12 e 13 de maio. Enviem-nos textos e contribuições. Nós transmiti-los-emos às outras delegações.

A nossa conferência reunir-se-á quase no dia do bicentésimo aniversário de Marx, que em 1847 proclamou “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”, consignando alguns anos mais tarde nos estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) que “*a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*”.

Ambas estas afirmações passaram a património comum dos lutadores operários de todas as tendências que se propõem contribuir para a emancipação da humanidade.

Saudações solidárias

Heinz-Werner Schuster

Sindicalista, militante do SPD contra o Bloco Central, Düsseldorf

1) Os camaradas franceses que estão a preparar uma manifestação nacional no quadro do “Mouvement pour la rupture avec la V^e République et l’Union Européenne” (Movimento pela Ruptura com a V^a República e a União Europeia), declararam-se

prontos a acolher-nos em Paris. A conferência realizar-se-á na redacção do semanário *La Tribune des Travailleurs*.

2) Alemanha, Bélgica, Eslovénia, Estado Espanhol, França, Grã-Bretanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Portugal, República Checa, Roménia, Sérvia, Suécia, Suíça, Turquia. ■

PARTICIPO NA CONFERÊNCIA:

Apelido, nome.....

Endereço.....

TelefoneEmail.....

País..... Língua.....

Posso contribuir com euros para as despesas de alojamento e alimentação.

Favor preencher a ficha e reenviá-la a stobnicermaurice@gmail.com